

RELATÓRIO FINAL

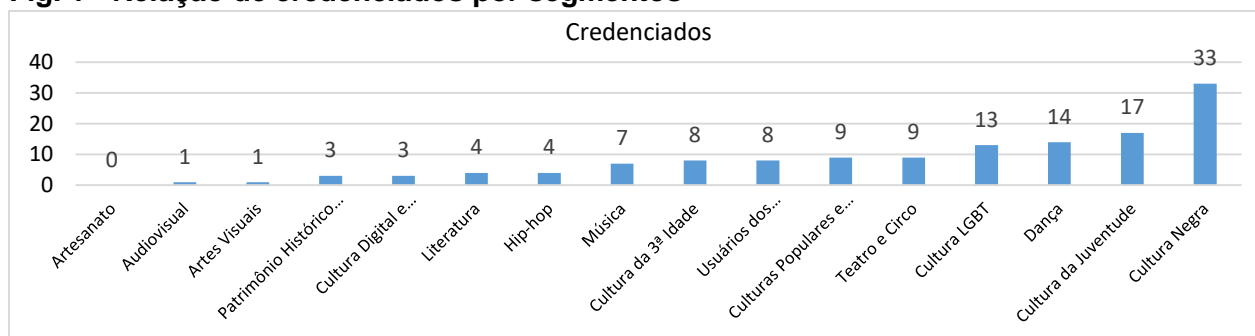
(Revisado em Plenária no dia 30 de novembro de 2017)

IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

27 a 30 de novembro de 2017 – Local: E. C. S. Philarmônica Rioclarense

As propostas presentes nesse documento foram realizadas na IV Conferência Municipal de Cultura, que recebeu 146 pessoas pertencentes a 15 segmentos (Fig.1). As propostas foram desenvolvidas dentro de grupos de trabalho (GTs) e tiveram como facilitadores três técnicos contratados pelo Instituto Pólis, especializados na área de Gestão Cultural: Luana Vilutis, Valmir de Souza e Gil Marçal.

Fig. 1 - Relação de credenciados por segmentos



Os grupos de trabalho, divididos em 06 Eixos, tiveram suas atividades no dia 29 de novembro de 2017, sendo divididos os eixos de acordo com o interesse dos participantes. (Figs. 2 e 3)

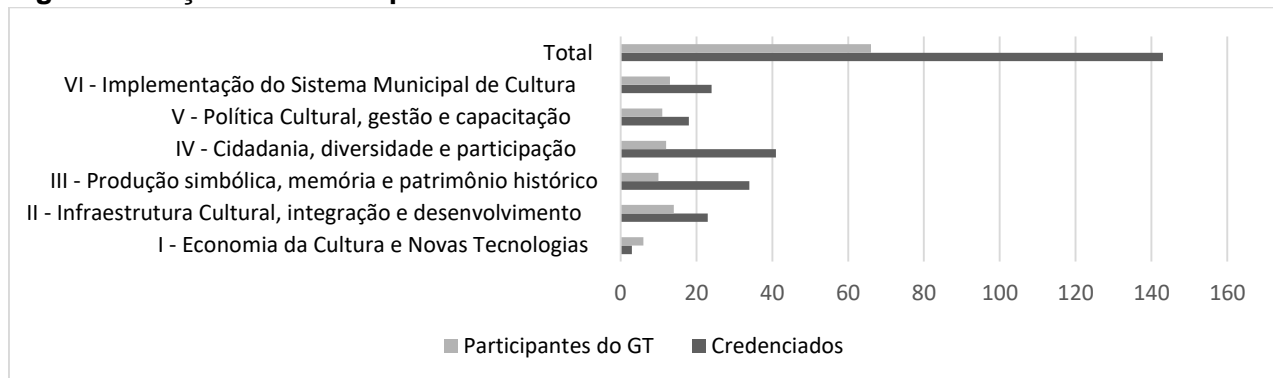
A comissão organizadora realizou a compilação do material criado pelos GTs, realizando ajustes e adequações devido a confluência das propostas e seu caráter transversal.

Fig. 2 - Eixos trabalhados nos Grupos de Trabalhos

Eixos	Caracterização do Eixo
I - Economia da Cultura e Novas Tecnologias	Avaliar o papel, desafios e potências do setor cultural para a economia e o desenvolvimento do município de Rio Claro, considerando as aceleradas transformações tecnológicas que impõem novos modelos de produção e difusão.
II - Infraestrutura Cultural, integração e desenvolvimento	Discutir políticas de preservação, recuperação, restauração e ampliação da infraestrutura cultural, de forma integrada com outras áreas como modo de oferecer, garantir e descentralizar espaços para a fruição cultural e o lazer, com foco no desenvolvimento humano e na melhoria das condições urbanas do município de Rio Claro.
III - Produção simbólica, memória e patrimônio histórico	Avaliar as políticas patrimoniais do município tendo como foco suas dificuldades de realização, além de discutir a salvaguarda da produção simbólica dando atenção a grupos historicamente desfavorecidos, como comunidades afro-descendentes, indígenas, entre outros.
IV - Cidadania, diversidade e participação	Avaliar as possibilidades de ampliação e aperfeiçoamento dos canais de participação social como forma de garantir isonomia e diversidade no desenvolvimento das políticas públicas e da cultura em Rio Claro na perspectiva de fortalecer a diversidade de expressões culturais, com atenção à diversidade étnica e racial, religiosa, de gênero e sexualidade, geracional e de nacionalidade.

V - Política Cultural, gestão e capacitação	Discutir mecanismos de melhoria institucional e de gestão, além de capacitação de fazedores de cultura e dos instrumentos de implementação das políticas públicas para a cultura, como forma de torná-las mais eficientes, eficazes e efetivas; e de promover a integração, por meio do plano e do Sistema Nacional de Cultura.
VI - Implementação do Sistema Municipal de Cultura	Avaliar a condição do Município segundo o Sistema Nacional de Cultura, tendo como foco a realização do Plano Municipal de Cultura, formas participativas de gestão e controle social visando formações de políticas públicas culturais.

Fig. 3 – Relação dos Participantes Credenciados e Efetivos



PROPOSTAS MUNICIPAIS:

1. Retomar o Carnaval do Município com desfile de blocos e concursos de marchinhas, como setor de relevância à economia criativa no Município.
2. Realização de eventos culturais periódicos e independentes, descentralizados e integrativos, que valorizem os artistas e grupos locais e regionais, incluindo, autônomos, pouco conhecidos e vulneráveis.
3. Promover a ocupação artística e cultural dos equipamentos culturais do Município (Espaços do Centro Cultural, Bibliotecas Municipais, Casarão da Cultura, Espaço Cultural Sociedade Philarmônica Rioclarense, CEU), através da divulgação das possibilidades de atuação nestes, para ampla utilização.
4. Mapear a economia criativa e cultural do Município através de parcerias realizadas com os setores interessados em auxiliar o município na condução do mapeamento da cultura de Rio Claro, e através de site voltado ao cadastramento voluntário de empreendedores criativos e culturais, equipamentos e espaços de cultura e artistas diversos.
5. Desenvolver incubadora de projetos voltados à economia criativa no Município.
6. Melhorar a manutenção, sob a responsabilidade do Poder Público em parcerias com o setor privado, da infraestrutura pública – predial e de equipamentos – para a realização de atividades culturais.
7. Desburocratizar a utilização de espaços culturais não pertencentes a Secretaria de Cultura, através do cadastramento e registro de grupos, para a aquisição do direito à realização de ações e eventos em espaços públicos. A partir deste cadastro organiza-se uma agenda semestral de utilização dos espaços através de sorteios de datas. Outra possibilidade seria a abertura de editais para utilização de espaços públicos.

8. Maior apoio financeiro da Secretaria de Cultura para a promoção de eventos artísticos e culturais independentes.
9. Concessão de bolsas para artistas e grupos que realizam trabalhos e aulas para a comunidade.
10. Criação de políticas que transformem equipamentos públicos e otimizem seus usos para o desenvolvimento de grupos culturais, promovendo a construção simbólica que favoreça grupos historicamente desfavorecidos como os pertencentes às culturas afro-brasileiras e indígenas (com foco para a Capoeira no município de Rio Claro), à cultura LGBT, às culturas imigrantes, entre outras.
11. Criação de políticas de acesso e transporte de estudantes aos espaços culturais junto à Secretaria de Educação e de Desenvolvimento Social.
12. Abertura de equipamentos culturais em horários opostos ao horário comercial.
13. Criação de Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural de Rio Claro visando minimizar, através de fiscalizações periódicas, a destruição/degradação do patrimônio histórico de Rio Claro.
14. Elaborar e executar política de educação patrimonial em parceria entre governo e comunidade, a partir de recursos já existentes (Arquivo Público e Histórico, Museus, entre outros) para sensibilizar e mobilizar a população sobre a importância da memória cultural e histórica.
15. Realização e organização de um inventário municipal que contenha registro dos bens históricos e patrimoniais de Rio Claro.
16. Regulamentação e regularização dos artistas de rua.
17. Melhoria das formas de comunicação entre Secretaria de Cultura e Sociedade Civil, na perspectiva de ter maior efetividade nas divulgações de eventos e ações da pasta.
18. Capacitação da gestão pública para realização de atendimento adequado aos diversos públicos, incluindo grupos marginalizados.
19. Criação de mecanismos que facilitem a ocupação e apresentação de artistas em espaços públicos, garantindo sua segurança.
20. Promoção de capacitação e formação cultural para gestores culturais, servidores, sociedade civil e conselheiros.
21. Integração das Secretarias Municipais que possuem trabalhos em convergência (Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes e Turismo, Secretaria de Desenvolvimento Social, entre outras) de maneira a evitar o esvaziamento e socializar os equipamentos culturais.
22. Criação da Lei Municipal para a implementação do Sistema de Cultura, através do modelo de Sistema Nacional.
23. A Lei Municipal do Sistema da Cultura, deverá ser discutida em audiência pública e elaborada pelo Conselho Municipal de Cultura.
24. Sistematização da elaboração do Plano Municipal da Cultura através de grupos de trabalho dentro do Conselho Municipal de Política Cultural de Rio Claro.
25. Criar um instrumento objetivo de avaliação das Conferências Municipais de Cultura – com escala de pontuação de 01 a 05 para os elementos da programação e espaço para sugestões.

26. Tornar obrigatória a presença da segurança pública em eventos e movimentos culturais, garantindo a integridade do Patrimônio Público Cultural e pessoal.

PROPOSTAS ESTADUAIS:

1. Desburocratizar os usos do espaço da FEENA (Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – “Horto Florestal”) de maneira a oferecer maior autonomia no uso deste espaço pelo Município, possibilitando sua utilização para a economia criativa.
2. Fomento estadual aos municípios do interior do estado para a criação de incubadoras de projetos voltados à economia criativa.
3. Formação de “líderes culturais” que possam prestar esclarecimentos à população sobre formas de concorrer a editais e criar projetos.
4. Criação de uma dotação orçamentária ou fundo de amparo à preservação dos acervos museológicos do interior do estado com transferência de valores aos municípios, valorizando os Museus e sua importância cultural e histórica.
5. Levantamento e mapeamento estadual de dados sobre agressões e opressões sofridas por artistas na prática de suas atividades culturais.
6. Políticas que incentivem e garantam as manifestações culturais aos povos imigrantes com foco nos povos de ascendência africana.
7. Melhoria na divulgação de Editais abertos pelo estado com mecanismos de orientação e suporte sobre as etapas a serem cumpridas para captação de recursos na iniciativa privada, quando couber.
8. Implementação e regulamentação do Fundo Estadual de Cultura com repasse Fundo a Fundo aos municípios.

PROPOSTAS FEDERAIS:

1. Fomento para cursos de formação cultural e para criação de incubadoras de projetos voltados à economia criativa nas cidades do interior e não apenas para nas capitais.
2. Fomentar a Educação Patrimonial Cultural na pasta da Educação, visto que atualmente a cultura é pouco considerada nos processos educativos e de formação intelectual dos estudantes.
3. Realizar campanhas, ações e projetos que visem a redução das intolerâncias aos grupos vulneráveis em suas diversidades étnicas e raciais, religiosas, de gênero e sexualidade, geracionais e de nacionalidades.
4. Criação de mecanismos que deem suporte aos artistas, grupos e fazedores culturais sobre as diversas formas de fomento à cultura e melhoria na divulgação destas informações.
5. Alimentação do Fundo Nacional de Cultura com foco na ampliação da receita e do percentual de repasse de recursos aos municípios.